

PROCESSO Nº. 001/2024

DISPENSA Nº. 001/2024

ANEXO I

DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

Eu Silvano de Paula Ferreira, Vereador/Presidente desta, Casa de Leis, venho por meio desta, justificar a dispensa de licitação que oportunamente na ocasião do início do ano será presencial, pois estamos sem os serviços de publicidade quer seja jornal, site ou plataforma de licitação.

Vale ressaltar o artigo 176, parágrafo e inciso, que permite que municípios com menos de 20.000 habitantes, trabalhem com licitações presenciais.

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

I - dos requisitos estabelecidos no [art. 7º](#) e no [caput do art. 8º desta Lei](#);

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o [§ 2º do art. 17 desta Lei](#);

III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o caput deste artigo deverão:

I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

II - disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

Monte Belo, 22 de janeiro de 2024

Silvano de Paula Ferreira
Presidente da Câmara Municipal